DOI 10.61470/o.v23i1.74924

HERDEIROS DO DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E LINHAGEM POLÍTICA CONSERVADORA NO BRASIL.

HEIRS OF THE DISCOURSE: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA AND CONSERVATIVE POLITICAL LINEAGE IN BRAZIL.

HEREDEROS DEL DISCURSO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA Y LINAJE POLÍTICO CONSERVADORA EN BRASIL.

Douglas Puglia, Docente do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia (IFMG - campus São João Evangelista)

Resumo:
Analisar a Escola Superior de Guerra (ESG) e o seu pensamento político tem por imperativo relacioná-la ao National War College estadonidense como também a estrutura da Doutrina de Segurança Nacional e as suas proposições anticomunistas. Porém, muitas das vezes se esquece de uma dimensão nacional que é de suma importância para se compreender esta instituição, notadamente o pensamento nacionalista autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna. A partir do conceito de linhagem política proposto por Gilberto Marçal Brandão, no qual o autor afirma que há algumas instituições e pensadores que remontariam parte de produção a um tipo de pensamento tradicional ou originário e que acabariam por gerar um tipo de arvore genealógica de determinados tipos de pensamento político, fundando uma linhagem desta forma de pensar. Assim, o presente artigo analisa como a Escola Superior de Guerra poderia ser interpretada como pertencente a uma linhagem política que principiaria no início do século XX com Alberto Torres e Oliveira Vianna.
Palavras chave: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Pensamento autoritário, Pensamento Político no Brasil.

Summary:
Analyzing the Escola Superior de Guerra (ESG) and its political thought is imperative to relate it to the American National War College as well as the structure of the National Security Doctrine and its anti-communist propositions. However, a national dimension is often forgotten, which is extremely important for understanding this institution, notably the authoritarian nationalist thought of Alberto Torres and Oliveira Vianna. Based on the concept of political lineage proposed by Gilberto Marçal Brandão, in which the author states that there are some institutions and thinkers

that would trace part of their production back to a type of traditional or original thought and that would end up generating a type of genealogical tree of certain types of political thought, founding a lineage of this way of thinking. Thus, this article analyzes how the Escola Superior de Guerra could be interpreted as belonging to a political lineage that began at the beginning of the 20th century with Alberto Torres and Oliveira Vianna.
Keywords: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Authoritarian thought, Political Thought in Brazil.

Resumen:
Analizar la Escola Superior de Guerra (ESG) y su pensamiento político es imperativo relacionarla con el National War College estadounidense así como con la estructura de la Doctrina de Seguridad Nacional y sus propuestas anticomunistas. Sin embargo, a menudo se olvida una dimensión nacional, que es extremadamente importante para comprender esta institución, en particular el pensamiento nacionalista autoritario de Alberto Torres y Oliveira Vianna. Partiendo del concepto de linaje político propuesto por Gilberto Marçal Brandão, en el que el autor afirma que hay algunas instituciones y pensadores que remontarían parte de su producción a un tipo de pensamiento tradicional u original y que terminarían generando un tipo de árbol genealógico de ciertos tipos de pensamiento político, fundando un linaje de esta forma de pensar. Así, este artículo analiza cómo la Escola Superior de Guerra podría interpretarse como perteneciente a un linaje político que se inició a principios del siglo XX con Alberto Torres y Oliveira Vianna.
Palabras clave: Escola Superior de Guerra, Alberto Torres, Oliveira Vianna, pensamiento autoritario, pensamiento político.

Introdução

A Escola Superior de Guerra (ESG) buscou implantar no Brasil um modelo de se fazer política. Através de seus escritos é possível perceber até a busca por um tipo de Estado que seria ideal para o Brasil. Mas quais seriam as raízes do seu ideário político e as suas principais influências? Para além de uma cultura política oriunda de um grupo de militares do Exército, houve outros tipos de influência que foram fundamentais para a ESG, em termos mais específicos, o pensamento autoritário nacionalista brasileiro das três décadas iniciais do século XX, em especial, os autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. Não se trata, porém, de uma simples influência, e sim de algo bem mais profundo: um dos pontos centrais deste artigo é a acepção de que a ESG pode ser

considerada como participante de uma linhagem política conservadora e autoritária tomando para si o discurso político dos autores citados e os adaptando à conjuntura política específica de que fez parte. Assim, cada linhagem política, pois haveria outras, teria os seus herdeiros, instituições ou pessoas que se identificariam de tal forma com um determinado ideário político que buscariam tornar-se um legítimo representante daquela forma de pensamento. A ESG faz parte de uma tradição que teve em Alberto Torres e Oliveira Vianna grandes representantes e, nos escritos, trabalhos e conferências da ESG pode ser notada a influência dos mesmos. Mais do que uma influência, pode-se dizer que os escritos políticos de Alberto Torres e Oliveira Vianna seriam textos fundadores de vários dos pilares de sustentação do discurso político da ESG.

Porém, não se trata apenas de uma instituição influenciada por esses pensadores, advogamos que, tal qual conceito proposto por Gildo Marçal Brandão (BRANDÃO, 2007), a ESG varia parte de uma linhagem política brasileira. Logo, a ESG foi interpretada como uma instituição que faz parte de uma linhagem ou família política já existente no Brasil, oriunda dos intelectuais nacionalistas autoritários das três primeiras décadas do século XX, mais especificamente sofrendo influências dos autores Alberto Torres e Oliveira Vianna. O artigo aqui proposto, então, parte da ideia que o pensamento político esguiano não apenas carrega uma forte influência do pensamento autoritário do início do século XX, como na verdade, figuraria como parte de uma tradição ou família política iniciada por aqueles autores. Nas palavras do próprio autor:

> [...] construir uma hipótese e armar um argumento sobre a existência de famílias intelectuais que, a meu juízo e contra a aparência imediata das coisas, estruturam historicamente o pensamento político e, por essa via, a luta ideológica e política no Brasil. (BRANDÂO, 2007, p. 15)

Assim, o presente artigo tratará a forma como a ESG incorporou o discurso desses autores, mas também a maneira como esta instituição readaptou essas ideias políticas de acordo com a própria visão e a conjuntura à qual ela pertenceria. Enquanto herdeira dessa tradição política, a ESG transmutou as principais ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna em um conjunto de pressupostos que teria a condição de dialogar tanto com a conjuntura de origem da Escola Superior de Guerra como também mostrou um viés mais militar das ideias desses autores.

Os pais do discurso: linhagem política autoritária brasileira.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Mas o que seria essa linhagem política autoritária no Brasil? Quais seriam os principais pontos dessa corrente de pensamento? Alberto Torres e Oliveira Vianna, através de suas obras, realizaram uma análise do Brasil que partia da ideia de uma civilização bastante jovem, e que seria necessária uma série de mudanças e esforços para a transformação dessa realidade. Essas mudanças deveriam ser capitaneadas por um Estado forte e centralizador com poderes capazes para tal, porém, tudo isso com a certeza de que o Brasil teria um grande potencial de crescimento se realizadas as reformas e arranjos necessários. Destacam-se, assim, noções como a crítica ao individualismo, o sempre presente discurso de um poder forte e o Estado como referência central, nas palavras de Boris Fausto: *os principais deles me parecem ser a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da sociedade.* (FAUSTO, 2001, p. 15)

As análises não produziram apenas soluções; aliás, o teor mais evidente foi a identificação de muitos problemas, um verdadeiro erário de lacunas e situações que deveriam ser corrigidas no Brasil como um todo. Os autores viam o Brasil como fora do lugar. Sua constituição não representaria a população ou mesmo as necessidades de transformação. Pode-se dizer que o Brasil ainda não existia enquanto nação, ou melhor, havia o povo brasileiro, mas não existia a nação brasileira. E seria de fundamental importância a fundação da própria nacionalidade brasileira. A falta de conhecimento da realidade nacional aliada à ausência de um princípio de sentimento de identificação, que geraria o sentimento de nação, levou a melhor compreender outros problemas brasileiros e que foram destacados pelos autores. Entre eles pode ser destacado o problema das elites, que demonstravam um total despreparo para exercer a sua posição de comando, e também o bacharelismo da mesma, ou seja, um grande apreço pelo culto e pelas letras e pouca ligação com a realidade concreta. A renitente individualidade da população brasileira, que gerou um sentimento de "insolidariedade" bastante prejudicial, figurava entre outros percalços que deveriam ser sanados.

As obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres foram elaboradas contemplando mais do que apenas indicar problemas. O propósito foi contemplar proposições, reformas e possíveis soluções para os problemas apresentados. Desde o primeiro momento, já havia a noção, ou a convicção, de que o Brasil tinha uma potencialidade enorme, e que o seu destino era a grandiosidade. Mas este aspecto otimista não descarta proposições mais concretas para a resolução dos problemas nacionais. E, como resposta, destaca-se a figura do Estado, que

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

poderia ser considerado como o grande elemento de transformação da realidade brasileira. Através do Estado que se poderia formar a tão esperada nacionalidade, como também poderiam ser resolvidos os aspectos ligados à unidade nacional. O Estado também poderia desempenhar uma ação civilizatória tanto em relação às elites como também à população em geral. Seria, desta forma, o mais relevante instrumento de transformação e modernização nacional. Esses podem ser considerados os grandes pontos das obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna e que comporiam também a linhagem política inaugurada por eles e que teriam na ESG uma de suas principais herdeiras. Gildo Marçal Brandão realizou uma análise interessante sobre esta linhagem política:

> Independente do valor dessa linhagem, hoje francamente minoritária, pode-se dizer que ela concebeu mais atenção à sociologia do que a ciência política [1]de Oliveira Vianna e apenas precariamente enfrentou os problemas de organização e direção da sociedade e do Estado que sua reflexão pretendia resolver. Ora, são estes que, jogadas no lixo as velharias racistas, preservam o interesse pelo texto; fazem que, com o distanciamento que o tempo permite, *Populações Meridionais do Brasil* possa figurar em uma estante selecionada ao lado de *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo,* de Caio Prado Júnior, como um dos textos fundadores do que se convencionou chamar de "pensamento político" ou "pensamento social" brasileiro. E se chega a ser ridículo o esforço acadêmico recente para tapar o sol com a peneira e minimizar o fato de que a obra é "cheia de preconceitos ideológicos" e de "uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais", para usar os termos de Antônio Candido, cabe reconhecer que tanto o retrato do Brasil como as teses políticas que emergem de suas páginas, põem o dedo em algumas feridas e constituem um desafio à teoria e à prática da construção da democracia no País. (BRANDÃO, 2007, p. 70-71)

Outra questão à qual Brandão nos chama a atenção e de suma importância para o objetivo desta tese é que, apesar de já se ter passado um bom tempo desde a publicação das obras, os textos de Oliveira Vianna ainda manteriam alguns pontos importantes para se discutir sobre a sociedade atual brasileira. Ao se levar em consideração o recorte da tese, 1949–1954, essa validade seria ainda maior, uma vez que era um período em que as propostas autoritárias tinham um apelo muito forte junto às elites, e não poderiam ser descartadas dentro do jogo político do momento. Passa a ser importante, então, a forma como esses textos e teorias foram apropriados e discutidos no contexto político da época. Pocock discute um pouco sobre essa apropriação:

1

> Mas está claro – e o uso do futuro condicional sublinha isso – que começando a nos preocupar com a ação indireta do autor, sua ação póstuma, sua ação mediada por uma cadeia de autores subsequentes é a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre *langue e parole.* (POCOCK, 2003, p. 29)

Assim, não se trata de apenas uma grande catalogação das principais ideias políticas e propostas, mas também de perceber como as outras gerações de pensadores ou instituições se apoderaram desse discurso e a forma como um determinado contexto político aceitou, ou não, estas ideias. Não se trata de discutir sobre as ideias fora do lugar, mas de justamente entender o lugar das ideias, os seus representantes e a maneira como elas vão se adaptando às mais diversas conjunturas políticas, como as linhagens políticas iriam encontrando nichos de proliferação que as manteriam vivas e em consonância aos novos problemas políticos, ou mesmo os antigos, mas com novas roupagens.

O Brasil precisa de método: a ESG e um modelo de compreensão e atuação nacional

A Escola Superior de Guerra, tal como Oliveira Vianna e Alberto Torres, também tem a preocupação de entender o Brasil, aliás, a ESG nasceu como uma instituição de altos estudos que buscava melhor compreender o Brasil e, consequentemente, de realizar propostas para a solução desses problemas. Mas de que maneira que se pensaria em resolver estas questões? Ou melhor, qual o método que seria adotado para a análise dos problemas e a proposição de suas resoluções?

Neste ponto, já se percebe certo diálogo entre a ESG e os pensadores autoritários, em termos de uma cientificidade, de um conjunto de normas e procedimentos que deveriam ser adotados para que se pudesse melhor entender o objeto de pesquisa. Havia, portanto, um conjunto de práticas e de orientações que deveriam ser seguidas à risca, o que não significa somente ganhar um aspecto de cientificidade, mas uma metodologia clara implicaria um ganho de legitimidade do discurso que lá se construía. Os estudos não seriam, pode-se dizer, fruto de um pensamento arbitrário qualquer, mas dentro de escopo que lhes garantiria, ou tentaria garantir, maior peso e validade frente a outros grupos. Claro que, tal como os pensadores autoritários, também houve uma série de subjetividades ou de posicionamento político adotado *a priori* pela instituição, mas dentro de um método de trabalho claro. Fazia

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

parte do curso até mesmo aprender sobre este método e a sua aplicação. De fato, era um dos pontos mais importantes dentro da formação dos estagiários da ESG.

Essa importância dada ao método, aliás, pode ser considerada como uma obsessão da ESG e se trata de um aprofundamento frente aos autores conservadores autoritários e sua linhagem. Em seus escritos havia muito mais a preocupação com o resultado do que com o método em específico. Já na ESG o método ganha mais relevo, pois não se tratava apenas de algo que deveria ser apreendido para o uso em estudos da casa, mas de um método de trabalho global que poderia ser utilizado em outras áreas de atuação. Do mesmo modo, a ESG não queria uma padronização de um modelo de ação frente aos objetos de estudo, e sim um método que pudesse auxiliar na administração de forma geral e, em especial, na administração pública. Seria a implantação de forma de trabalho geral que serviria a vários propósitos. Ora, se lembrarmos de que a ESG apenas convidava as elites dos mais variados ramos de atuação, com destaque para a política, e que havia a intenção de formação e correção das elites civis governantes, nota-se a clara intenção de expandir esse modelo de ação da ESG para outras pessoas e setores. Logo, a questão do cientificismo para a ESG vai além de se ter um método claro para a análise de um determinado problema; também seria um modelo administrativo capaz de ajudar a resolver problemas de outras esferas; praticamente um componente dentro de um intrincado processo de disputa hegemônica do qual a ESG participa naquele determinado momento (final da década de 1940 e início da década de 1950). Portanto, o método de trabalho seria muito mais importante e influente do que simplesmente uma forma de tratamento a temas diversos. O próprio Cordeiro de Farias, de certa forma, ressalta o papel da ESG nesse sentido: *destina-se a Escola Superior de Guerra a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional.* (FARIAS, In: MYAMOTO, 1995, p 224)

Idálio Sardenberg também destaca a importância de se estabelecer um método de trabalho para as elites nacionais e que pudesse auxiliar na resolução dos problemas nacionais:

> O aspecto intelectual ou de direção é o mais importante e o mais difícil. Exige ele a existência de um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional de construção. [...] Faltam-lhes o hábito de trabalho em conjunto e o condomínio de uma técnica racional de problemas, ou seja, a posse de um processo de aplicação da energia. (SARDENBERG, In: MYAMOTO, 1995, p 233)

A valorização de um método, então, se impõe como uma importante característica da ESG e também uma ligação com uma tradição de cientificidade que vem de Oliveira Vianna e

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Alberto Torres. Para além disso, a ESG também adotou um forte empirismo em todos os seus trabalhos, o que denota não se tratar de um capricho, mas de uma norma da própria instituição. Ao se analisar as conferências que foram proferidas na ESG e também os trabalhos dos grupos de estudo, o que se vê é um exaustivo levantamento de dados sobre o tema a ser tratado. Vê-se um conjunto de gráficos e tabelas, além dos mais variados números que buscam dissecar uma devida situação e, consequentemente, apresentar as devidas soluções para os problemas. Assim, a tradição de se analisar e interpretar dados empíricos continua, até mais forte. A base de toda e qualquer atividade deveria ser a catalogação de dados. O empirismo pode ser traçado também em uma longa tradição positivista do Exército brasileiro, mas o interessante é ressaltar que se mantém essa prática que foi comum tanto a Oliveira Vianna e Alberto Torres quanto à ESG.

Conhecer o Brasil, que também se tratou de um traço do discurso político dos Padrinhos do Brasil, também tem um forte viés ligado ao pertencimento da ESG à linhagem política dos pensadores autoritários. O apreço pela geografia e a influência que o espaço exerceria sobre a população continuam nos trabalhos da ESG. Vários foram os trabalhos, principalmente na área de geopolítica, que destacaram a imposição do espaço sobre o homem, ou pelo menos, a necessidade de se conhecer o espaço para melhor definir os rumos que se deferia tomar. Nas palavras de Golbery do Couto e Silva:

> O espaço que a geopolítica interessa é o espaço político em toda a sua plenitude; caracterizado por uma extensão, uma forma e uma contextura bem definidas; possuindo um valor que se pode estimar, embora não se possa medir, abrangendo uma base física mais ou menos compartimentada em regiões e sub-regiões naturais distintas; englobando tanto as zonas já vivificadas pela ocupação efetiva de aglomerações humanas – o ecúmeno – como zonas mortas ou passivas à espera de uma valorização real; comprometendo um núcleo central, denso de população, bem integrado por uma trama complexa de comunicações e caracterizado por um alto índice de produção, núcleos secundários e marginais e o simples domínio mais ou menos permeado que a todos circunda; os limites do território, as fronteiras políticas – zonas de transição e frentes de contato, e principalmente as fronteiras de civilização no sentido de Bowman – "janelas abertas aos empreendedores sobre um mundo ainda desaproveitado" (Sigfried); zonas vitais cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, áreas críticas de produção e de circulação, zonas problemas à espera de soluções; o espaço econômico com todas as suas diferenciações regionais e não menos as regiões culturais, as regiões étnicas, as regiões linguísticas, sempre que for o caso.

A preocupação com o espaço e o seu uso enquanto método, por parte da ESG, também vai além daquele proposto pelos autores nacionalistas autoritários. A preocupação de Oliveira

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Vianna, principalmente, seria com o entender o espaço para que se pudesse compreender o homem que se originaria desse espaço. Já os estudos da ESG não estavam apenas preocupados com a questão cultural e as práticas políticas dos homens de cada região, mas com aspectos ligados ao desenvolvimento nacional e também com a segurança nacional. A ESG, devido principalmente ao seu caráter militar, tem na geografia e no espaço uma fonte de percepção de potencialidades e também óbices, utilizando do jargão da instituição, e quais as possibilidades que o território possibilitaria. Logo, não se trata apenas de um condicionante cultural de uma população. Havia também clara preocupação com a segurança nacional, novamente o objetivo seria o de entender em que sentido um determinado espaço poderia contribuir ou não para essa segurança.

De maneira geral, pode-se dizer que uma concepção estratégica, que não havia de forma clara nos pensadores autoritários, foi incorporada ao discurso e método da ESG, principalmente no tratamento do espaço e do significado que ele teria para o desenvolvimento dos trabalhos e propostas de estudo. De certa forma, o que se percebe é que o espírito militar e as preocupações próprias desta categoria social implicariam algumas mudanças no pensamento autoritário nacional, o que não as descaracterizaria, mas as dotaria de um sentido original ou mesmo próprio da ESG

Há povo, mas não há nação: o dilema brasileiro.

O maior problema do Brasil, de acordo com a leitura de Oliveira Vianna e Alberto Torres, seria a falta de uma nacionalidade concreta, de um sentimento ou conjunto de símbolos que pudesse agregar de fato a população e que a fizesse sentir-se como participante de algo maior. Em outros termos, o Brasil teria uma população, um território, mas não seria uma nação, faltaria uma série de componentes, sejam materiais ou mesmo simbólicos para transformar a grande massa populacional, totalmente dispersa, em um todo humano, coeso e identificado com os seus ideais e objetivos. Desta forma, compreender os problemas brasileiros, de acordo com aqueles pensadores, era entender que a base de todos esses problemas perpassaria pela falta de um genuíno sentimento de nação. Pode-se dizer que este era um dado estrutural, desde os maiores problemas, até aqueles mais específicos teriam na falta de um sentimento de nação um componente prejudicial e que contribuiria para que o problema se mantivesse. A falta de um sentimento de nacionalidade pelo povo brasileiro estaria para os problemas tal como um Estado forte estaria para as soluções desses problemas.

Oliveira Vianna deixa esse posicionamento bem nítido em vários momentos de sua obra, aqui uma passagem da obra *Problemas de política objetiva*:

> O nosso grande mal – já o vimos – é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político; de outro, a exacerbação do espírito de localismo, de faccionismo e de mandonismo. Ora, tudo isso são elementos que irão naturalmente impedir que o Poder Coordenador, organizado à maneira de Torres, venha a exercer as funções benéficas que lhe cabem na vida da nacionalidade. (VIANNA, 1974, p.60)

Esse discurso de necessidade da fundação de uma nacionalidade brasileira é bastante forte entre os militares, e aqui nem é necessário destacar a ESG ou os Padrinhos do Brasil, mas os militares como um todo têm um sentimento em relação a termos como nacionalidade, nação, pátria, patriotismo, etc. muito forte. Assim, o discurso de que a população, de maneira geral, não tinha um forte apreço pela concepção de pátria já significava um apelo muito forte para os militares. Aqui, volta-se ao discurso de exclusividade e de valor que os militares usavam para se distinguir das outras categorias sociais que não se preocupariam tanto quanto eles na formulação de um país melhor. Logo, não se trata apenas da ESG, do ponto de vista militar, a desenvolver um discurso em que concordaria com essa análise dos autores nacionalistas autoritários, mas de quase todas as instituições castrenses. Nítido estava para a ESG que a nacionalidade era um dos temas centrais para que o Brasil encontrasse os seus rumos de desenvolvimento. Mais do que isso, a ESG não só adotou esse discurso como, de certa forma, subverteu-o, uma vez que a própria instituição seria a responsável por criar esta nacionalidade, ou em desvendar os traços característicos da mesma.

Novamente, os militares foram colocados como os elementos centrais para que se pudesse gerar e disseminar esse tipo de nacionalidade ou mesmo atitudes próprias para o desenvolvimento da nação. De acordo com o documento da ESG, *A ação do Exército no programa de governo:*

> O quartel, como escola destinada a preparar o cidadão, para o fim específico de transformá-lo em reservista, vê ampliar-se a sua missão fundamental, no campo social e cívico, por força de dois grandes fenômenos que caracterizavam a presente conjuntura brasileira: o da interiorização do progresso, que dá novas dimensões ao mapa populacional do País, e o da política do atual Governo, que empresta ênfase prioritária à valorização do homem brasileiro. (ESG, 1968, p. 14-15)

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Mais interessante é o próprio desenvolvimento desse texto que deixa claro que a instituição que deveria fundar e difundir essa nacionalidade seria justamente a ESG. Não de forma nominal, mas ao ser utilizado o binômio "Segurança e Desenvolvimento" como a chave para o desenvolvimento nacional, fica implícito o papel da instituição nesse processo:

> Não há, sem qualquer dúvida, nenhum outro caminho para que um povo possa assegurar os seus destinos, preservar as suas liberdades e defender a sua soberania, fora do binômio desenvolvimento e segurança, como termos independentes, cada qual atuando em benefício do outro, sobretudo numa nação jovem, com uma extensa e vulnerável linha de fronteiras a guarnecer, tendo que ordenar o povoamento dos largos espaços vazios por ela abrangidos, de modo a antecipar-se às graves consequências que, do contrário, poderão advir do fenômeno da explosão demográfica desordenada sem que esteja preparada para conduzi-la e recebê-la, em termos de organização. (ESG, 1968, p. 19)

Assim, na questão da necessidade da nacionalidade há um grande consenso entre ESG e os pensadores autoritários do Brasil; a diferença é a forma como a ESG se coloca, junto com o Exército, como a formuladora e principal condutora desse processo. O problema e o objetivo central de se ter uma nação é praticamente idêntico, apenas os idealizadores dessa nação que passariam a ter nome com a ESG. E também não se pode negar que a segurança assume ser um componente dessa nacionalidade. Mais do que qualquer outra característica de cunho social, econômico ou mesmo cultural, a segurança começa a ser tratada como um dos integrantes dessa nacionalidade, seus imperativos deveriam ser interiorizados de forma definitiva pela população de maneira geral, inclusive as elites, como uma das essências da Nação. Com isso, percebe-se que as ideias e discursos políticos da ESG têm forte influência desses pensadores, e que o seu papel era quase de adaptação a esse ideário para uma visão mais militar, ou seja, incutir o conceito de segurança nesse processo, um grande trabalho. O processo de unidade nacional se constituiria, desta forma, na defesa daquilo que fosse considerado como importante, assim, se não do ponto de vista simbólico, a segurança era interpretada como um importante componente de manutenção que deveria perpassar toda a formação do nacional.

A ESG, desse modo, não se limitaria a reforçar as palavras de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, estes convictos de que o Brasil precisaria de um sentimento de nacionalidade mais forte, porém, forjado. Era imperioso, segundo a ESG, que se mostrasse qual a nação que seria ideal para a população e para as elites, como que um guia do que seria o Brasil. Assim, os constantes estudos sobre o Brasil confeririam certa legitimidade para que se tivesse a

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

palavra final, ou pelo menos assim se esperava. Nesse ponto a preocupação com a criação dessa nação se torna muito maior para a ESG, e, por fim, o que se percebe é uma nacionalidade moldada segundo os interesses da instituição, o que ela considerava como ideal e correto. Traços da cultura brasileira foram destacados, portanto, mas dois pontos merecem especial destaque: o discurso da segurança nacional e dos interesses nacionais (permanentes ou conjunturais). Nas palavras de Cordeiro de Farias sobre a importância da segurança nacional como um componente da nação brasileira:

> Verificamos assim, por essa mera afirmativa, que, se é fácil a compreensão do que seja segurança nacional, não se pode, na prática, defini-la. A verdade é que ela se torna imprescindível à própria existência da Nação, compreendendo a totalidade de seu potencial, como alicerce sobre o qual se desenvolvem todas as suas atividades. A solidez desse alicerce, isto é, o estado de segurança nacional, deve ser entendido, por exemplo, descendo a detalhes, para o caso de países como o Brasil, no fato, entre outros, de poder ser assegurada aos cidadãos integrantes da sociedade a liberdade para realizar ao máximo suas vidas e oportunidades, em se ter uma economia livre, sem sofrer limitações senão naquilo que colida com o interesse público, no respeito e no exercício dos direitos e garantias individuais dentro de nossas tradições, que a todos se assegura independência e meios necessários à vida, na execução, por todos, de suas obrigações e deveres (bem-estar), condições todas garantidas pela orientação do governo e partidos políticos através de atos e objetivos que tenham por finalidade atender aos supremos interesses da coletividade, numa ação de política externa, firme e decidida, embora acarretando sacrifícios pessoais ou coletivos, acorde com os objetivos permanentes do Estado e que encontre no Povo, consciente e psicologicamente preparado, uma compreensão exata (Política de Segurança Nacional). (FARIAS, 1961, p 17 – 18)

O despreparo e o comodismo: as elites no discurso político dos pensadores autoritários e da ESG.

A nacionalidade não seria apenas uma simples soma de população com as características de um território, vários outros fatores foram de fundamental importância para a compreensão dos problemas de nacionalidade no Brasil, e, não só a "população comum" seria a culpada, mas em grande parte também as elites. O discurso político de incompetência das elites perpassaria todos os personagens políticos aqui envolvidos: os pensadores nacionalistas autoritários deram uma forte atenção nesse sentido, em relação à cultura política dos Padrinhos do Brasil; pode-se dizer que se trata de um dos seus discursos fundantes e, como consequência, a ESG se apresenta como portadora também dessa crítica.

Esse seria um dos focos de maior atenção: as elites. Nos trabalhos de Oliveira Vianna e Alberto Torres, há uma clara crítica às elites nacionais. Essas elites que deveriam ser as

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

condutoras de todo o processo político e dos interesses nacionais, mas não havia essa possibilidade com as elites que existiam no país, ou pelo menos com aquelas que detinham o poder político no momento em que esses autores faziam as críticas. As elites não seriam apenas incompetentes, aliás, a incompetência, de acordo com os próprios autores, ainda seria um mal, porém, com uma possibilidade de "solução" mais eficaz e fácil. O grande problema seria o egoísmo e a falta de um pensamento mais em aspectos nacionais dessas elites. Ou seja, a maior crítica era em relação a essas elites pensarem apenas em seus interesses mais imediatos e elementares, não se queria algum tipo de desenvolvimento mais amplo e que realmente colocasse o Brasil em um rumo de crescimento ideal. A ideia seria responder aos interesses privados das próprias elites e de seus aliados. A formação histórica brasileira demonstra uma possível explicação desse egoísmo, segundo Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do país*:

> Não é, porém, indiferente, para essa atuação do meio rural, que a sociedade, que nele vive, se assente sobre a base da pequena propriedade ou da grande propriedade. Rural é o luso: mas, o luso não conhece a grande propriedade, formada na imensidão territorial do Novo Mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia. Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade. (VIANNA, 2005, p. 89)

O que se percebe, pela análise dos textos, é um tipo de personalismo próprio das elites nacionais e que seria transplantado para a política. As elites seriam extremamente personalistas, orgulhosas de si mesmas, como que um misto de espírito de nobreza e sentimento de desbravadores, que culminaria em um tipo que se sentia dono de uma determinada região. Um dos grandes males dessa elite é o total descompromisso com a ideia de público e privado. O poder público seria uma simples extensão das posses dessas elites, e as maiores críticas viriam daí, já que não haveria nenhum tipo de compromisso com qualquer coisa que tivesse esse aspecto de nacional. E também havia o interesse de manutenção desse próprio sistema, não era de interesse dessa elite deixar que esse sistema fosse alterado.

A ESG também foi uma ferrenha crítica das elites e ao seu modo de ação, que acabaram por mais prejudicar o país do que ajudá-lo. Havia a necessidade urgente de se repensar o Brasil, o que passava pela análise e remodelação das elites nacionais. A cultura

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

política dos padrinhos do Brasil já manifestava uma clara oposição às elites brasileiras, que eram tachadas de incompetentes, despreparadas, não possuíam sentimento nacionalista e eram também demagógicas. Em outras palavras, um elemento que deveria ser extirpado da política nacional. Esse discurso contra as elites dirigentes daquele momento, que coincidia de certa maneira com o da produção de algumas das obras dos pensadores nacionalistas autoritários, é fortificado pela visão similar que Alberto Torres e Oliveira Vianna tinham. Aliás, pelo relato de que a leitura de ambos era comum por aquele grupo de militares, pode-se inferir que houve uma influência bem anterior, o que apenas viria a refinar esse já latente ódio pelas elites. O que haveria de novo na ESG em relação à crítica às elites? O que se pode perceber é a adaptação do discurso de crítica às elites para um modelo em que se propunham moldes de transformação por que essas elites deveriam passar.

A ESG tinha e tem, como grande baluarte, a questão da segurança nacional, e foi com base nela que se propôs um novo tipo de elite. A segurança seria uma maneira de se embrenhar na política nacional, principalmente pela conjuntura externa do momento de criação da ESG, e com base nisso, grande parte das proposições em relação à mudança das elites estaria ligada a este conceito de segurança, já que não caberia somente aos militares o princípio da defesa, mas também aos civis, com destaque para as elites civis. A crítica às elites civis que foi realizada pela ESG culminou em um tipo de revisão das mesmas que obrigatoriamente deveria passar pela percepção de seu papel junto ao Brasil, mas também com enorme destaque para o papel que essas elites deveriam desempenhar em projeto de segurança nacional. Nas palavras de Álvaro Fiúza de Castro, em que ele ressaltou o valor do componente humano em tempos beligerantes:

> Senhores! – Estamos fartos de ouvir que não se luta com homens contra o material bem sabemos o que traduz o fator material na guerra moderna – os ecos de Hiroshima e Nagasaki ainda refletem em nossas imaginações, ante os mais recentes aperfeiçoamentos de bombas e demais engenhos autopropulsados e dirigidos. Na verdade, o fator material constitui parcela primordial para a manutenção do equilíbrio moral e consequente atuação em proveito da vitória ou da derrota; mas, também não ignoramos que sem valor e vontade do homem, a sua cultura, a sua perseverança e demais predicados físicos e morais que lhes são inerentes, jamais conseguiremos o material para a guerra, sejam quais forem as possibilidades latentes, jazendo à mercê da cobiça e da ousadia alheia. O valor do potencial humano simboliza, sem dúvida, o valor de uma nação e a sua feição constitui índice preponderante ao encararmos quer o potencial diplomático, quer potencial econômico e, principalmente, o potencial militar. (CASTRO, 1951, p. 3)

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

O segundo ponto de destaque nesse sentido é a ESG como a instituição ideal para se preparar essas elites dirigentes, que seria o próprio processo de cooptação e de formar, não apenas elites mais preparadas, mas com o perfil desejado pela instituição. A ESG se autointitulou a instituição que teria a capacidade de renovar as elites e de criar um novo tipo político que fosse capaz de responder aos problemas nacionais, e criaria a sensibilidade de perceber quais seriam os interesses da nação. Era uma escola formadora de métodos de ação política e de um espírito e mentalidade que seriam tão necessários para essas elites. Muito mais do que repensar o Brasil, o discurso de crítica às elites se transformou em um roteiro que acaba por legitimar a ESG como instituição para a reformulação das elites e da política nacional, em clara comunhão de ideias com a cultura política dos Padrinhos do Brasil e também em um diálogo direto com os pensadores nacionalistas autoritários. O próprio discurso ganha claros contornos de participação do poder, para dizer o mínimo. Se uma instituição propõe modelos e interesses que deveriam ser seguidos pela elite de uma nação, ora, fica clara a sua intenção de participar diretamente do poder. Ainda nas palavras de Álvaro Fiúza de Castro:

> Aqui, nesta Escola de saber e de civismo, se equacionam e se debatem os problemas capitais que definirão o futuro do Brasil em seu potencial nacional; aqui, se completa o aperfeiçoamento de nossas elites, cujas deduções e conclusões – oriundas de escrupulosas meditações e debates – devem ser difundidas, propagadas e levadas a termo, consoante seus esclarecimentos e patrióticos desígnios; urge não deixar arrefecer este fogo sagrado, pois o fruto de uma persistente conjugação de esforços, ante a sintonização coletiva de tão ponderável quão valiosa cooperação, concorrerá, certamente, como fator decisivo para despertar o marasmo, realçar os valores, corrigir as dispersões doutrinárias, alijar o personalismo nefasto, provocar a audácia sensata e firmar empreendimentos realistas, a fim de que seja devidamente impulsionada a nossa necessária prosperidade econômica – fundamento básico da tranquilidade e da segurança nacional. (CASTRO, 1951, p. 4)

Sendo assim, a ESG tomou muitos dos temas ligados à cultura política dos Padrinhos do Brasil e dos pensadores nacionalistas autoritários e os refinou para que se tornassem um discurso político de participação no poder e de formação dos personagens políticos que porventura pudessem participar do poder. Ou seja, a ideia era a participação na política, fosse de forma direta ou indireta.

Em busca do Leviatã: o Estado como centro da vida nacional.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A falta de um princípio de nacionalidade despontou como um dos principais problemas do Brasil. A partir dele uma série de outros problemas se manifestava formando uma verdadeira rede de situações a serem solucionadas. Em relação à solução também se nota essa mesma característica: houve grande polarização em torno do Estado Nacional. Segundo os pensadores nacionalistas autoritários, não se poderia pensar o Estado apenas como um órgão com responsabilidades jurídicas e de pouca influência na sociedade. O Estado cada vez menor dos liberais seria um verdadeiro pesadelo a ser evitado, aliás, o contrário deveria ser adotado. O Estado era o verdadeiro salvador da realidade nacional, através dele é que se poderia transformar todo o Brasil. A premissa básica para essa constatação era muito simples: se não havia uma elite preparada, se a população era amorfa e sem algum tipo de solidariedade, não se podia confiar na sociedade de forma geral para se autorregular ou propor um modelo; havia a necessidade de algum órgão diretivo que assumisse esse papel, ou seja, o Estado. Portanto, a chave de compreensão para as soluções do Brasil passava pelo Estado, que deveria ser forte, centralizador e atuante. Um Estado que pudesse atuar nas mais variadas áreas, como educação, política, economia, sociedade, etc. E o mais importante, que esse Estado fosse moldado e criado de acordo com as características e necessidades da sociedade brasileira, segundo Gildo Marçal Brandão:

> E sem que inventasse o novo, por meio do qual os problemas do Estado fossem tratados e resolvidos levando em conta as condições culturais do povo, especialmente a experiência pouco agregadora vivida nessa história de quatro séculos. O resultado perseguido por essa ciência social não é a formulação de uma nova teoria do Estado, nem mesmo de um novo conceito de Estado – que a rigor não existem na obra de Oliveira Vianna –, mas uma particular concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil. (BRANDÃO, 2007, p. 73)

Assim, o Estado Nacional não poderia incorrer no erro de não se ajustar às características nacionais, e até mesmo, caso não houvesse características próprias para a criação do Estado, deveria criá-las para o bom andamento da sociedade. Logo, o primeiro ponto a se respeitar seria justamente de um Estado que fosse adequado para as necessidades nacionais.

O papel do Estado seria o de criação da sociedade. Sob alguns pontos de vista essa afirmação era justamente a inversão do que seria considerado correto, ou seja, o Estado criado pela sociedade. Mas, como a sociedade nacional era completamente disforme e sem uma unidade que fosse palpável, o Estado passaria a desempenhar a função de criador da sociedade brasileira. A responsabilidade desse Estado era a de analisar a sociedade e de buscar as suas

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

características, de agrupá-las em um todo coerente e que estivesse em condições de atingir os objetivos nacionais. Assim, em determinados momentos, muito mais do que um elemento organizador seria também propositor e executor de uma série de medidas que fossem consideradas necessárias para o bom desenvolvimento do Brasil. O papel do Estado era ser o carro-chefe de todo o processo de mudança. Nas palavras de Weffort:

> Sob a influência de Alberto Torres, Oliveira Viana propugnava antes de tudo pela restauração do Estado central que considerava destruído pelo federalismo republicano. Incorporou também de Alberto Torres tendências ao estatismo e ao nacionalismo, ausentes do pensamento dos liberais do império. Junto com a crença de origem imperial no papel do Estado como garante da unidade nacional, acrescentava a crença no Estado demiurgo. Deverá tornar-se típica do pensamento de Oliveira Viana a convicção de que, se o Estado não criou a sociedade, deveria ser capaz de moldá-la, organizá-la, a partir da matéria caótica preexistente. (WEFFORT, 2006, p. 266)

O Estado, então, deveria criar a sociedade que se deseja de acordo com o terreno em que se estaria atuando. Nesse ponto, a própria índole do povo brasileiro entraria na discussão, e essa índole poderia ser usada como uma justificativa para determinadas ações desse Estado. Ao buscar tratar das características da população, não se tratava apenas de uma busca pela nacionalidade, mas também da análise do tipo de Estado que melhor se enquadraria para essa população, e próprio Estado teria o poder e o papel de moldar essa sociedade para aquilo que fosse considerado como melhor ou ideal. Nas palavras de Ricúpero:

> Até porque a índole do povo brasileiro seria uma espécie de substrato que permitiria a ação política. Ou melhor, se, para Oliveira Vianna, o ambiente social é o maior desafio à unidade nacional, ainda assim é preciso agir sobre ele, transformá-lo. É o Estado que pode assumir esse papel, moldando a sociedade, como teriam tentado fazer os "reacionários audazes" do Império. Isto é, a análise sociológica de Populações Meridionais do Brasil e dos outros livros do autor leva paradoxalmente à conclusão de que, em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja. Isso seria possível, porém, devido a certas condições prévias, no caso, a índole do povo brasileiro. (RICUPERO, 2008, p.68)

A Escola Superior de Guerra também destaca o papel que o Estado devia ter na condução da sociedade: seria o órgão com capacidade e condições de impor as necessidades da sociedade nacional e de moldá-la de acordo com o que fosse considerado como correto. O Estado deveria ser interpretado como um instrumento de mudança e de transformação. Não se podia esperar que da sociedade, completamente desorganizada e sem nenhum tipo de

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

característica ligada à liderança ou mesmo que demonstrasse algum elemento de coesão, surgisse algum tipo de movimento ou de proposta política que desse conta dos desafios nacionais. A própria sociedade, na visão da ESG, era um dos problemas a serem contornados, ainda se devia organizar e formar essa sociedade. E o Estado é que teria essa capacidade para transformar e moldar a sociedade de acordo com os interesses nacionais, que também seriam feitos de acordo com a visão desse Estado e de seus dirigentes. Assim, não se tratava apenas de um governo forte, mas de uma instituição que tivesse as condições totais para a transformação que era necessária. O Estado deveria ter um caráter organizativo também de acordo com a ESG:

> Desaparecem assim, se o sistema funciona bem, os conflitos entre o indivíduo e o Estado, ou entre a sociedade e o Estado, porque a estrutura política e o seu funcionamento deverão ser a expressão do pensamento da coletividade, devidamente organizada.
> É natural que para chegar a esse objetivo é preciso organizar a sociedade, não somente dentro de uma estrutura social adequada, com seus grupos sociais, suas classes, que escolherão os seus líderes e organização das suas elites. (CAVALCANTI, 1954, p. 3)

O Estado seria o centro da vida nacional, segundo a ESG, e também os pensadores nacionalistas autoritários. A ele caberia todo o esforço de coordenar e de ajustar as necessidades nacionais. Para a ESG ainda seria de suma importância o imperativo da ordem. Também para os pensadores nacionalistas autoritários era importante, mas para os militares ganhava contornos ainda mais fortes, uma vez que eram o grupo social que lidava diretamente com a função da defesa e manter a ordem era um dos imperativos de maior relevância. E o Estado seria a mais importante instituição na criação e manutenção dessa ordem, que para a ESG tomava contornos de necessidade para o próprio desenvolvimento. Assim, não seria um elemento somente de segurança, mas para que se pudesse desenvolver nas mais variadas esferas sociais, era necessária a ordem, era uma base sobre a qual se construiria o próprio funcionamento social. A própria discussão sobre os princípios da nacionalidade brasileira, a ordem deveria ser elencada como um de seus mais importantes elementos, o discurso do povo brasileiro como uma população ordeira passava por essas questões também. Nas palavras de Antônio Lago:

> A ordem interna é a fonte original de toda força de uma nação. O poder nacional depende basicamente da energia moral do povo, de sua capacidade produtora, de seu progresso científico e técnico. Ao governo cabe orientar os

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> esforços da nação e compensar, com uma política adequada, as deficiências e vulnerabilidades do potencial nacional. (LAGO, 1954, p. 20-21)

Um Estado que tomasse a frente dos problemas nacionais e se transformasse no principal elemento de organização nacional não foi um pensamento exclusivo da ESG, os militares já viam no Estado esse elemento de coesão e de organização nacional. Para os militares, o Estado era visto inclusive como a própria materialização da Pátria. Então, o desejo de um Estado forte e coordenador da sociedade não se tratava de um anseio que a ESG adotou pura e simplesmente dos pensadores nacionalistas autoritários, mas que também estava na própria concepção militar de se entender a política. Seria muito mais uma compatibilidade de interesses, um tipo de reforço em um traço que já fazia parte do pensamento do grupo, do que algum tipo de herança de ideias propriamente dita.

Conclusão

Os pensadores nacionalistas autoritários, com destaque para Alberto Torres e Oliveira Vianna, construíram uma sólida obra teórico-política em que buscaram conhecer, conceber e agir sobre a realidade brasileira. Em um esforço científico típico do momento em que escreviam (destaque para as três primeiras décadas do século XX), buscaram esmiuçar aquilo a que chamaram de problemas nacionais e também apontar soluções. De tão marcante e influente obra formou-se como que um séquito de seguidores que passaram a adotar as ideias e pressupostos desses pensadores com o passar do tempo. Essas pessoas e instituições atuavam como propagadores das ideias políticas daqueles autores, mas também cumpriam um importante papel na atualização dessas ideias de acordo com a conjuntura em que passariam a ser utilizadas. Assim, sempre que a sociedade brasileira se via em uma encruzilhada de seu destino, em que se deveriam escolher novos rumos de desenvolvimento, essas teorias e autores eram convocados e os seus defensores cumpriam o papel de tentar instituir essas ideias para a sociedade nacional, na ausência dos autores originais. E não só os pensadores nacionalistas autoritários, mas nesses momentos de definições voltavam à tona várias outras correntes de pensamento, também com seus herdeiros e defensores, formando, assim, um campo de disputa hegemônica acirrado e necessário.

A Escola Superior de Guerra, então, seria convocada a cumprir o seu papel em todo esse processo. Como herdeira de uma tradição ou linhagem política brasileira, nesse caso, a dos pensadores nacionalistas autoritários, adequa o discurso político de seus patronos e passa

a fazer parte da disputa hegemônica que se configurava na época (início da década de 1950). A adequação das teorias feita pela ESG para a conjuntura em questão obedeceu a uma importante característica, a sua relação com o grupo social que acabava por pensá-la ou influenciá-la: os militares. Muito mais do que qualquer tipo de renovação, atualização ou adequação de ideias, o que se pode perceber foi uma adaptação das ideias de acordo com preceitos e ideias militares ou ligadas à formulação de segurança nacional característica da época.

A ESG muito mais se utilizou das ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, que coadunavam muito bem com várias das características militares, e a colocaram em seu ideário cumprindo certo processo de tradução daquelas ideias para o mundo dos militares. Assim, foi-se desenvolvendo um tipo de discurso de poder que era bastante verossímil com a conjuntura em que era aplicado e satisfazia com os pressupostos políticos do grupo de militares que idealizaram a ESG. Houve uma união bastante clara entre os preceitos da cultura política dos Padrinhos do Brasil com as ideias dos pensadores nacionalistas autoritários, e que encontraram uma instituição, um lugar, para a sua propagação: a ESG. Portanto, muito mais do que uma criação de ideias políticas da ESG, o que se observou foi a construção de um discurso de legitimidade de poder frente a uma conjuntura de disputa hegemônica do que um conjunto de ideias originais.

Bibliografia:

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CASTRO, Alvaro Fíuza de. **Considerações sobre planejamentos de guerra**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1951.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Conjuntura Nacional** – Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

Escola Superior de Guerra. A ação do Exército no programa de governo. Rio de Janeiro: ESG, 1968.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (Gen. Exército). **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1961.

_____. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil.** Campinas: Papirus, 1995.

LAGO, Antônio Correa do. **O poder nacional** - suas limitações de ordem interna e externa. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: MYAMOTO, Shighenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e (militar). **Conjuntura Nacional** – Aspectos geopolíticos. Rio de Janeiro: Conferências ESG, 1954.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

_____. **A organização nacional**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VIANNA, Oliveira**. Problemas de política objetiva**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

_____. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personalidades. São Paulo: Ática, 2006